

espelhe a realidade, é possível se promover a educação dos empregadores domésticos quanto aos procedimentos básicos no cumprimento dos ditames legais trabalhistas.

No dizer de Flósculo da Nóbrega, “a causa dos conflitos sociais está sempre nas diferenças individuais e nos choques de interesses”, por isso é imprescindível, continua o mesmo autor, “o conhecimento dos recursos sociais, a utilização e organização das virtualidades humanas, em proveito do progresso e do bem-estar comum”.

## **SIMPLIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA**

**Lindberg Leitão Batista (\*)**

### **1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Hodiernamente, muito se tem comentado sobre a imperiosa necessidade de se adotar mecanismos e institutos de direito que venham a simplificar o procedimento ordinário Pátrio. Tal tema, pois, faz-se presente no rol das grandes discussões acadêmicas e doutrinárias, o que nos leva a traçar algumas modestas considerações, tendo como centro de estudo a fase executória do Processo Trabalhista, em denotação especializada, visto, desde logo enfatiza-se, como a etapa processual que, por gigantesca complexidade procedimental, é ponto de inúmeras críticas.

A complexa sociedade que hoje, deparamo-nos, alvo das vicissitudes político-econômicas, em meio aos avanços tecnológicos e linguagem cibernética, mundialmente considerados, faz reproduzir os mais diversificados conflitos de interesses. Dentro desta crítica situação, identifica-se a secular luta entre capital e trabalho, colocando-se, por vezes, o fator econômico como explicação de todo o fenômeno, seguindo a teoria Marxista, do século XIX. Relações de trabalho há e muito, em todo lugar. Os conflitos daí decorrentes são incalculáveis. A Justiça do Trabalho, hoje, salienta-se, mostra-se estruturalmente incapaz de atender ao elevadíssimo número de lides trabalhistas. E acumulam-se processos ... Tarda a prestação jurisdicional! Do ponto de vista satisfatório, apresenta-se defeituosa a tutela, chegando-se a seu emperramento. Compromete-se a natureza alimentar da reclamatória e a situação do próprio demandante, na maioria das vezes, desempregado, carecedor pois, de uma urgente e devida resposta do Judiciário às questões suscitadas e aos direitos pretendidos.

Retrata-se, ainda como consequência, que o cidadão ao buscar a chancela do Judiciário Trabalhista, age com certa timidez e questionável atitude, frente à ciência antecipada do tardio reconhecimento oficial do seu direito. Por todos é pois, sabido, do falho e procrastinatório procedimento ordinário trabalhista, que influenciando diretamente o andamento dos feitos, põe freios e amarras ao processo, tornando-se indispensável um estudo acerca de possíveis soluções a serem adotadas, objetivando uma dinâmica estrutura de nossa Justiça Laborista.

(<sup>1</sup>) **Lindberg Leitão Batista é Acadêmico do Curso de Direito -UFPB e Pesquisador CNPq.**

## **2. PROPOSTAS PARA A SIMPLIFICAÇÃO**

*A priori*, ressalta-se a importância e evidência do princípio da celeridade processual na Justiça do Trabalho. Tal afirmativa é correta se a empregarmos até o momento da prolação da sentença, na Junta de Conciliação e Julgamento, haja visto que, na liquidação, os autos passam pelo processo de “hibernação”. Já na execução da sentença, a diminutos e confusos passos, caminha o processo. Desse modo, detemo-nos atenção a essas duas fases processuais.

Um aspecto de extrema importância simplificatória é a antecipação dos efeitos da tutela de mérito, com base nas hipóteses previstas no art. 273, do CPC. Dá-se uma rápida resposta à delicada e urgente situação que se encontra o requerente, numa harmônica sintonia processual. Retrata-se ainda, as vantagens da conciliação, resultante da transação acordada pelas partes e homologada pelo juiz, constituindo-se em título judicial. E, em meio a todas estas inovações e propostas, atenta-se para a necessidade de implantação de Juizados Especiais Trabalhistas ( Tese defendida pelo autor, no IV Congresso Nacional de Direito Processual, em Maio/1996 - Recife-PE, a

qual obteve o 1º lugar), com funcionamento regulado pela Lei n. 9.099, de 26.09.95 - Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, com as necessárias adaptações, a exemplo de se ter o juízo monocrático (Juiz do Trabalho) e, em grau de recurso, a Turma Recursal (Colegiado de Juízes do Trabalho de 1ª instância, que atuam nas JCs), cuja decisão é irrecurável, por se tratar de instância última dos Juizados, salvo em se tratando de matéria constitucional, onde caberá o Recurso Extraordinário, para o STF. É dispensada a instituição de Juizes Classistas, podendo-se, entretanto, aqueles das atuais JCs funcionarem na qualidade de árbitros, no juízo arbitral, sem nenhum ônus a mais para o Erário. Ter-se-iam assim, os Juizados, para causas de menor complexidade, patamar este estipulado e justificado, em razão de constituírem os processos, cuja causa tem reduzido valor, os responsáveis pela maior parte dos feitos existentes nas atuais JCs.

Fundam-se, entretanto, tais considerações, algumas delas defendidas pelo nobre jurista **José Carlos Barbosa Moreira** - em sua obra ***O Novo Processo Civil Brasileiro - Rio de Janeiro, 1995***, em iniciativas de ambas as partes, uma vez comprometidas com a fidelidade, celeridade e economia processual. O julgado, nessa concepção, fica a mercê do emprego ou não das artimanhas protelatórias das partes e seus constituintes, nada podendo fazer o juiz, salvo a aplicação de indenização por litigância de má-fé identificada à parte prejudicada, o que na Justiça do Trabalho, é rara tal condenação, por ser de caráter essencialmente incompatível com o processo do trabalho, pelas peculiaridades existentes, máxima defendida pelo notável juslaboralista **Manoel Antônio Teixeira Filho** ( *in As Alterações no CPC e suas Repercussões no Processo do Trabalho - São Paulo, 1995*).

Na execução, propriamente dita, e aqui concentra nossa dedicação, têm-se os seguintes critérios: Primeiramente, há que se elencar, em caráter taxativo, as matérias a serem alegadas no Juízo Deprecante e no Juízo Deprecado. Na prática, o que se verifica, na Justiça do Trabalho, é que as partes vêm cometendo verdadeiras confusões, interpondo reiterados embargos à execução e impugnações, de igual fundamento e pretensão, inclusive, no Juízo incompetente para apreciar e julgar aquela determinada matéria. Deve-se, pois, dividir o conteúdo objeto de embargos à execução e agravo de petição, diante de uma Carta Precatória Executória, fazendo-se precluso o direito, ora não oportunamente suscitado, prejudicando as referentes matérias. E, nesse aspecto, o Código de Processo Civil é claro ao disciplinar as matérias atinentes ao Juízo Deprecante e ao Juízo Deprecado - art. 747. Segue-se também o entendimento do Colendo STJ, em súmula 46, oriunda dos iluminados estudos do jurista **Amílcar de Castro**. O atual sistema processual trabalhista, comissivo a este tema, é por demais prejudicial ao regular andamento do feito, gerando insegurança às partes e aos julgados, além de permitir, como se percebe cotidianamente, incontáveis embargos em ambos os Juízos, com idêntico fundamento, o que é, por demais, inadmissível tal situação! Há que se adotar uma espécie de delimitação de competência dos Juízos Deprecante e Deprecado, quanto à matéria a ser nestes arguida, dividindo-a com base na natureza e peculiaridades das questões suscitadas

Outro aspecto de caráter simplificador da execução trabalhista, envolve o Precatório. Exige-se apresentação por precatório dos créditos devidos pela Fazenda Pública, com inteligência do art. 100, da Constituição Federal. São consideradas duas argumentações: a primeira, que o poder público, assevera o mestre **Hely Lopes Meirelles** ( *in* **Direito Administrativo Brasileiro - São Paulo, 1994**), *pode praticar atos ou celebrar contratos em regime de direito privado, no desempenho normal de suas atividades. Em tais casos, conclui, nivela-se ao particular, abrindo mão de sua supremacia de poder, desnecessário para aquele negócio jurídico.* “Quando o Estado pratica atos jurídicos regulados pelo direito civil (ou comercial), coloca-se no plano dos particulares (RDA 46-192; RTJ 29-465, 39-462)”, assim decidiu o Supremo Tribunal Federal. Entende-se pois, submeter-se a Administração Pública às regras do contrato de trabalho, cujos contratantes têm direitos e deveres recíprocos, sem nenhum privilégio além do devidamente acordado. Desse modo, ainda que “*caminhando contra o vento*”, é possível identificar já algumas decisões: “Os créditos relativos a vencimentos de funcionário público objeto de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública têm natureza alimentar e devem ser pagos, independentemente de precatórios ( RT 665/83)” e mais, “Se a quantia executada contra autarquia for de valor menor, é possível a dispensa de precatório como prevê, analogicamente legislação federal (RJTJERGS 162/243)”. Com suficiente fundamento legal, jurisprudencial e doutrinário, conclui-se ter essencialmente natureza alimentar a reclamação trabalhista . E, como demonstrativo fático, tem-se que o reclamante, na quase totalidade das vezes, encontra-se desempregado. Chama-se até a Justiça do Trabalho de “justiça dos desempregados” ! Nisso, tem-se menos uma fonte geradora de renda àquela casa, necessária à sobrevivência sua e de sua família. Delicada situação ! Ora, por mais literal interpretação se queira dar ao dispositivo constitucional, quanto à exceção dos créditos de natureza alimentícia à previsão de precatório, há de convir que o crédito trabalhista aí se encaixa, pois, aliás, devido a sua natureza, tem este privilégio absoluto no processo falimentar. Deve-se incluir este crédito na ressalva constitucional. Defendemos, desse modo, a extinção da ordem cronológica de apresentação de precatório, na hipótese de crédito trabalhista. Não seria privilégio para o reclamante, mas, sobretudo, o reconhecimento do seu *status vivendi* e de sua família, além do real nivelamento das obrigações das partes contratuais. O requisito precatório constitui em uma das maiores frustrações para a classe obreira e o resultado de excesso de formalismo, além de fazer bloquear o perfeito desenvolvimento dos atos processuais, que se consume com a quitação do débito. Assim, tendo em vista as experiências em anos anteriores, a Administração Pública, em cada esfera federativa, deveria prevê determinada cota, em escala progressiva, objetivando saldar os possíveis débitos. O excedente a este montante, aí sim, seria repassado para o ano posterior, com privilégio de pagamento. O que não se pode admitir é dá-se o mesmo tratamento ao crédito comum e ao crédito trabalhista, disciplinando como que idênticas situações, seguindo a orientação do art. 739, II, do CPC. Desta forma, está-se descumprindo, *permissa venia*, o mandamento constitucional, hierarquicamente superior.

Da mesma forma, entende-se ser incabível a duplicação do prazo para interposição de embargos à execução por parte da Fazenda Pública, situação esta existente em virtude do que dispõe o art. 188 do CPC, por defender ter natureza incidental e não recursal. Tese esta perfeitamente conciliável ao que dispõe o art. 893, § 1º (primeira parte), da CLT, c/c o art. 496, do CPC, pela omissão dada àqueles. Portanto, conclui-se pelo igual tratamento dado pelo art. 884, caput, da CLT, tanto em se tratando de empresa privada ou particular-empregador, como de órgão público. Basta o privilégio que já tem a Administração Pública, no que tange aos prazos quádruplo e dobrados, para apresentar defesa e recorrer, respectivamente. É chegada a hora de o Estado atender aos interesses sociais do trabalho, promovendo concessões de parte de suas regalias, objetivando a normalização e igualdade da relação processual.

Fator também relevante, é a situação de o Oficial de Justiça não encontrar bens da executada passíveis de penhora, expedindo a sua Certidão. O Juiz, na grande maioria das vezes, vem adotando o entendimento que cabe ao exequente procurar e indicar tais bens. Impróprio, *data maxima venia*, tal inversão do ônus. Ora, agindo assim, o reclamante, vezes, desinformado e economicamente frágil, não tem condições de saber quais os bens da reclamada. E, se agrava a situação quando se está diante de uma Carta Precatória Executória. O demandante, simplesmente, vem apresentando petição solicitando do Juízo a expedição de vários ofícios a diversos Órgãos, como: DETRAN, Serviço de Telefonia, Delegacia da Receita Federal, Cartórios de Registro de Imóveis, Bancos, etc., o que leva, no mínimo, cinco, seis meses para obter as respostas, para após, informar ao Juízo Deprecante, seguindo um procedimento defasado de expedição de ofícios. A informatização seria de grande relevância. Seria muito mais prático e juridicamente correto, determinar que o próprio executado indique os bens passíveis de penhora, afinal, este é quem deve e, portanto, a quem cabe tal ônus. A inércia da demandada implicaria em recusa do cumprimento de ordem judicial, sem prejuízo do que dispõe o art. 600, do CPC, em caráter subsidiário. O reclamante atende ao determinado pelo magistrado, visto seu estado de necessidade de obtenção do crédito.

### 3. CONCLUSÃO

Disciplinar e dispor sobre as relações de trabalho é atributo de lei ordinária federal, que venha a regulamentá-las. E, como tais, carece de um Poder Legislativo que acompanhe as grandes e constantes evoluções do trabalho, em suas mais variadas categorias profissionais. Devem-se observar as características identificadoras das atuais relações obreiras, como a informalidade dos atos, a especialização e seleção da mão-de-obra, com adoção de métodos de qualidade total (oriundos do planejamento de reconstrução da economia japonesa, após a 2ª Guerra Mundial), o profissionalismo, a descoberta de novas técnicas, a concorrência acirrada, a melhoria da qualidade dos serviços, a possibilidade de pesquisa de preço por parte do consumidor, a ótima relação custo/benefício de produção e *marketing* industrial; enfim, a eficiência das tecnologias empregadas e o dinamismo da relação empregatícia, por mais complexa que sejam, resultarão, sempre, em conflitos entre o

capital e o trabalho. O Poder Judiciário há que desprender-se mais da verdade formal, hoje deveras embutida no procedimento ordinário trabalhista, e perseguir a verdade real, dentro de uma visão relativa dos fatos e circunstâncias envolvidas.

Concentra-se pois, nossa atenção a técnicas legislativas que visem a solucionar os atuais problemas por que passa o Judiciário Trabalhista, em especial, no que concerne à acessibilidade do cidadão e à simplificação do seu procedimento ordinário, tornando ágil e eficaz a prestação jurisdicional pretendida.

Há, finalizando, que se conciliar a idéia do *due process of law* e da ampla defesa - que permitem a interposição de ilimitados meios de defesa - à sua própria fiscalização, utilizando-se o Magistrado do poder diretivo do processo - amplamente consagrado no art. 765, consolidado - numa parceria com o Ministério Público do Trabalho, munidos de instrumentos que venham a reprimir e punir a ação daqueles descomprometidos com a justiça. **Processo do Trabalho: “Navegar é preciso”. Consertemos a estrutura de nossa embarcação, para que não afundemos os ideais de JUSTIÇA e TRABALHO.**

## ASPECTOS DE DIREITO SINDICAL

**Rogério Magnus Varela Gonçalves (\*)**

O tema ora proposto é por demais complexo, sendo possível fazerem-se múltiplas abordagens acerca dos sindicatos, desde o registro até a contribuição sindical obrigatória. Para propiciar um estudo mais denso e didaticamente satisfatório, analisou-se o sindicato sob certos prismas, que se fizeram a partir da realização de um estudo comparado. A observância ao Direito Positivado Nacional também norteou o texto que se segue. Por fins metodológicos, cada aspecto estudado foi desenvolvido em um parágrafo respectivo.

O registro sindical, no Brasil, com o advento da Carta Magna de 1988, tornou-se alvo de grandes incertezas, uma vez que o artigo 8º, inciso I, não obstante tenha consagrado a liberdade e a autonomia sindicais, ressaltou o registro sindical junto ao órgão competente, sem, contudo, determinar qual seria tal órgão. Houve, por conseguinte, grande dualidade na doutrina pátria acerca da eleição do competente órgão. Certos estudiosos defendiam a realização do registro, até que houvesse delimitação legal no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, visando à obtenção de personalidade jurídica, para que o sindicato pudesse atuar e desempenhar suas funções. Convém ressaltar que tal entendimento merece todo o respeito jurídico, uma vez que alcançou, inclusive, algum respaldo jurisprudencial. Todavia, em pólo totalmente adverso, encontra-se a maioria dos estudiosos sobre o tema, a defender a permanência do registro sindical frente ao Ministério do Trabalho, posicionamento